

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quarenta minutos, reuniu-se em Sessão Ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, representante titular do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Antônio Carlos Biscaia, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República e José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. A Procuradoria-Geral da República não indicou representante para esta reunião. Participaram também da Sessão servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das Atas pendentes referentes ao exercício de 2006; 2) Exposição acerca das Fiscalizações dos Convênios celebrados com recursos do FNSP; 3) Apresentação das Ações do Programa Sistema Único de Segurança Pública: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais; Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional; Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência; Reparcelhamento das Instituições de Segurança Pública – PNAPOL; Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública; Força Nacional de Segurança Pública; Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública - Segurança Cidadã; Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede INFOSEG.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente concedeu a palavra ao Coordenador-Geral de Fiscalização/SENASP, João Batista Mendes, o qual fez a apresentação do balanço das ações de controle e fiscalização sobre a execução dos convênios celebrados com Estados e Municípios. Os aspectos abordados foram os seguintes: 1) dispositivos legais que amparam a fiscalização; 2) determinações e recomendações dos órgãos de controle; 3) critérios para fiscalização “in loco”; 4) medidas preventivas: a) distribuição do Manual de Procedimentos: Celebração, Execução e Prestação de Contas de Convênios; b) expedição de ofícios-circulares com orientações; c) divulgação dos Principais Procedimentos a serem Adotados pelo Conveniente após recebimento de Recursos de Convênio Celebrado com a União; d) realização de palestras ministradas por ocasião das Fiscalizações “In Loco” aos responsáveis pela execução dos convênios celebrados; e) Acompanhamento da Execução com maior interação com os Convenientes; 5) dificuldades encontradas a) No ambiente interno: Insuficiência de força de trabalho; Estrutura física insuficiente; e Ausência de ferramenta de TI para a gestão dos convênios; b) No ambiente externo: Rotatividade de Gestores; Ausência e/ou insuficiência de Estrutura Física e de Força de Trabalho adequada e suficiente para execução de convênios; Insuficiência de compromisso normativo; e 6) Estados fiscalizados. Finalizando, o mencionado servidor relatou, com base nos relatórios finais de fiscalização “in loco”, a situação da execução dos convênios em diversos Estados e Municípios. Na seqüência, o servidor esclareceu as dúvidas dos Conselheiros acerca dos assuntos relatados.

Em seguida, iniciou-se a apresentação das ações do Programa Sistema Único de Segurança Pública: a) a ação Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais foi exposta pelo servidor Marcelo Ottoni Durante, o qual abordou os aspectos gerais relacionados à mencionada ação, a saber: planejamento estratégico da ação: sistemas nacionais de informação de segurança pública e justiça criminal; produção e divulgação de conhecimento em segurança pública; sistema de distribuição de recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública: elegibilidade, fórmula e competição; índice qualitativo e quantitativo; construção do índice de distribuição de recursos e tipos de investimentos realizados pela SENASP; b) Os principais pontos relacionados à ação Prevenção da Violência foram apresentados pela servidora Cristina Gross Villanova, quais sejam: Sistema Único de Segurança Pública (União – Estados e Municípios); Evolução dos Homicídios no Brasil; Concentração dos Homicídios nas Cidades mais Povoadas; Perspectiva Democrática e Contemporânea da Gestão da Segurança Pública: a preservação da ordem social que está baseada nos seguintes

pressupostos: garantia dos direitos individuais e coletivos, qualidade de vida da população, valores sociais que interferem na compreensão da realidade, formas de inserção da comunidade no espaço urbano, dinâmicas étnicas e identitárias, critérios de tolerância dos atores sociais, níveis de participação comunitária, dentre outros; Plano Nacional de Segurança Pública: papel dos Municípios; projetos municipais; critérios para avaliação dos projetos municipais e projetos estaduais; c) O detalhamento da ação Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública foi feito pelo servidor João Francisco Goulart dos Santos que salientou os seguintes temas: finalidade da ação; órgãos apoiados; tipos de demandas apresentadas; cuidados adotados na análise dos projetos e considerações gerais sobre a ação; d) Na explanação da ação Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional, a servidora Juliana Márcia Barroso destacou os seguintes pontos: políticas de educação em segurança pública; ações propostas pela SENASP: matriz curricular nacional para formação dos operadores de segurança pública (objetivo, implementação e gastos envolvidos); rede de educação a distância para segurança pública (telecentros); difusão dos direitos humanos; apoio às ações formativas e à modernização das academias e centros de formação; RENAESP; critérios de análise dos projetos estaduais: adequação aos princípios da matriz curricular, conteúdo programático comprometidos com o desenvolvimento de competências e habilidades articuladas com o conhecimento; formalização dos processo, dentre outros; e) Finalizando, o servidor Alexandre Augusto Aragon apresentou a ação Força Nacional, enfatizando os seguintes pontos: a criação e os objetivos da Força; instruções de nivelamento (percentuais por Estado); missões desempenhadas e aquisições futuras; Após o encerramento deste tema e, por não haver tempo hábil, para a exposição das demais ações, o Presidente propôs a continuação das apresentações na próxima reunião. Ante a anuência de todos os Conselheiros, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e trinta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conformidade, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

Presidente do CGFNSP

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República